



A Economia Política da Informação e os contributos sociocognitivos de sua institucionalização na produção científica brasileira em Ciência da Informação

The Political Economy of Information and the socio-cognitive contributions of its institutionalization in the Brazilian scientific production in Information Science

Rafael Silva da Câmara *

Edvaldo Carvalho Alves **

Leilah Santiago Bufrem ***

RESUMO

Apresenta os resultados de uma análise cujo objetivo geral é verificar os contributos sociais e cognitivos no processo de institucionalização científica da economia política da informação na produção científica brasileira em Ciência da Informação. Assim, constitui-se como um trabalho descritivo e documental, com utilização de análise bibliométrica. Conclui-se, a partir dos dados analisados, que a economia política da informação caminha em sua institucionalização social na produção científica e grupos de pesquisa no campo da Ciência da Informação brasileira, mas a sua institucionalização cognitiva permanece como um desafio.

ABSTRACT

It presents the results of an analysis whose general objective is to verify the social and cognitive contributions in the process of scientific institutionalization of the political economy of information in the Brazilian scientific production in Information Science. Thus, it is constituted as a descriptive and documentary work, using bibliometric analysis. It is concluded, from the analyzed data, that the political economy of information goes in its social institutionalization in the scientific production and research groups in the field of Information Science in Brazil, but its cognitive institutionalization remains a challenge.

* Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Endereço: Campus I - Lot. Cidade Universitária, S/N, Castelo Branco, CEP 58051-900, João Pessoa, PB. E-mail: rafaelufnrib@gmail.com

** Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação (DCI) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Endereço: Campus I - Lot. Cidade Universitária, S/N, Castelo Branco, CEP 58051-900, João Pessoa, PB. Telefone: (83) 3216-6274. E-mail: edvaldocalves@gmail.com

*** Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora visitante A no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), professora Permanente na qualidade de Professora Visitante Sênior no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Endereço: Campus I - Lot. Cidade Universitária, S/N, Castelo Branco, CEP 58051-900, João Pessoa, PB. E-mail: santiagobufrem@gmail.com

Palavras-chave: Institucionalização Científica; Institucionalização Social; Institucionalização Cognitiva; Economia Política da Informação; Ciência da Informação.

Keywords: Scientific Institutionalization; Social Institutionalization; Cognitive Institutionalization; Political Economy of Information; Information Science.

INTRODUÇÃO

Os estudos informacionais estão presentes no protagonismo de domínios científicos variados, com predominância nos campos da Comunicação e da Ciência da Informação (CI), este último um campo epistemológico e teórico que agrega pesquisadores de diversas áreas, vinculados principalmente à Biblioteconomia e à Documentação.

Ao se tratar especialmente da Economia Política da Informação (EPI), este domínio encontra a sua representação ainda tímida na CI. Embora Araújo (2014, p. 58) já tenha apresentado a EPI como uma subárea da CI e discutido as possibilidades de estudo em modelos físico, semântico e pragmático (2014, 2018), García Gutiérrez (2011, p. 289, tradução nossa) afirma que a EPI é praticamente ausente no campo de estudos da organização do conhecimento, informação e documentação. Por isso a EPI é aqui considerada um assunto emergente em CI.

No contexto interdisciplinar da EPI, em meio às relações de força pela autonomia do saber científico sobre este tema, outras terminologias são amplamente conhecidas e disseminadas, sendo as expressões “Economia Política da Comunicação”, “Economia Política da Comunicação e Cultura” e, em maior extensão, “Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura”, as mais ilustrativas encontradas na literatura.

Ao compreender a Economia Política da Comunicação como um subcampo interdisciplinar, Lopes (2016, p. 12) alerta para a autonomia de ciências mais jovens e cada vez mais consolidadas, sendo necessário um olhar para os campos como espaços de manifestações de poder, onde seus pesquisadores, instituições e subcampos se constituem como linhas de força em disputa epistemológica e política por posições centrais e hegemônicas.

Segundo Santos (2018), atual presidente da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura - Seção Brasil (Ulepicc-BR), esta entidade nos últimos tempos estreitou laços com a CI, considerada por ele uma área normalmente paralela frente à Comunicação e à Cultura, embora esse estreitamento deva seguir sendo desenvolvido.

Deste modo, aqui se impõe a necessidade de uma delimitação para compreender a dimensão e a contextualização da EPI no cenário da CI no Brasil, pois tanto a CI quanto a Comunicação são campos sociais e científicos que Bourdieu (1983, p. 89) caracteriza, entre outras coisas, em lutas específicas entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência.

Uma das formas de delimitar a presença de uma subárea em um campo científico está na análise de sua institucionalização científica, aqui concebida conforme Whitley (1974, p. 71), como o padrão de ações e significados e o nível de coerência e organização de ações e percepções e, ainda, a extensão em que ideias são articuladas

e aceitas para constituir uma ciência. Esse conceito mais amplo abrange os processos ou características de institucionalização social e cognitiva.

A institucionalização cognitiva abrange conceitos, teorias, problemas, métodos, técnicas e leis próprias de uma ciência ou disciplina. Já na perspectiva da institucionalização social são tomadas como referência as instituições formais que constituem o campo, como: associações ou sociedades científicas, cursos de graduação, cursos de pós-graduação, grupos de pesquisa, periódicos científicos, livros, encontros e eventos acadêmicos.

Assim, tendo em vista a necessidade de se compreender o processo de institucionalização científica de uma subárea sociocognitiva emergente ao campo da CI, onde se cria “uma situação em que, se por um lado a CI se vale da contribuição de outras áreas de conhecimento, por outro deve cuidar para que a interferência dessas outras áreas não coloque em risco sua autonomia”, como ressaltado por SCHNEIDER; BEZERRA; CASTRO (2017, p. 60), este artigo tem como objetivo verificar, a partir de uma análise bibliométrica da produção científica no campo da CI brasileira, os contributos sociais e cognitivos do processo de institucionalização científica da EPI neste campo científico.

O texto se encontra dividido em quatro seções além desta introdução; na primeira, descrevemos as estratégias metodológicas utilizadas para a realização da pesquisa; na segunda, reconstruímos o processo de surgimento e desenvolvimento dos estudos de EPI, deste sua emergência no campo da Comunicação até a sua entrada na Ciência da Informação; na terceira, apresentamos uma discussão sobre institucionalização científica, ressaltando os principais indicadores que podem ser representativos deste processo na dimensão cognitiva e social; e, na quarta seção, apresentamos os resultados da análise/interpretação dos dados, a partir da caracterização da produção científica em EPI na CI, destacando os canais de comunicação científica, as palavras-chave mais frequentes, os autores mais produtivos e os seus referentes teóricos por meio dos autores referenciados, além de levantar os grupos de pesquisa (GPs) na área de CI em que os autores mais produtivos desenvolvem atividades.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação configura-se em caráter descritivo e documental, com tratamento bibliométrico na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação¹ (Brapci) e no Repertório da Produção Periódica Brasileira de Ciência da Informação² (RPPBCI). O descritor estabelecido como norteador para a busca da produção científica foi “economia política”, com recorte temporal entre os anos de 1972 e 2018.

Após a apresentação dos resultados na busca realizada, os seguintes metadados que identificam os trabalhos científicos foram extraídos e organizados em planilhas eletrônicas: nomes dos autores, título da publicação, título do periódico ou evento científico, ano em foi publicado e palavras-chave utilizadas nos trabalhos publicados.

¹ Disponível em: <http://www.Brapci.inf.br/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

² Disponível em: <http://tecbib.com/rppbci/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

O portal eletrônico do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico³ (CNPq) foi consultado para análise dos grupos em que os autores mais produtivos recuperados nas duas bases desenvolvem atividades de pesquisa. Os metadados levantados no Diretório foram: nome do pesquisador, nome do grupo de pesquisa, área de conhecimento predominante e instituição vinculada.

Os metadados organizados em planilhas eletrônicas foram analisados com recursos gráficos do software *Microsoft Excel*, dos softwares de análises de redes *Ucinet* e *Netdraw*, bem como no portal eletrônico *Wordclouds*⁴, auxiliando na visualização, no tratamento bibliométrico e na interpretação dos dados tabulados.

ECONOMIA POLÍTICA NO CAMPO DOS ESTUDOS INFORMACIONAIS

Na comunidade acadêmica é consensual que o vanguardismo da Economia Política da Comunicação (EPC) no Brasil, sendo este o termo mais conhecido para categorizar resumidamente o subcampo, pertence à região nordeste. No entanto, Melo (2013, p. 13) afirma que esta linha de estudo ganhou mais espaço nas universidades do sul e do sudeste, lamentando a suposta falta de interesse dos estudos nordestinos da área de comunicação naquela época.

Na agenda das discussões em torno da economia política e dos estudos infocomunicacionais no Brasil, alguns espaços se destacam, como: o grupo de pesquisa “Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura”, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom; o grupo de trabalho “Economia Política das Comunicações”, da Associação LatinoAmericana de Investigadores em Comunicação - Alaic; o periódico científico *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, ou *Revista Eptic*; o capítulo brasileiro da *Ulepicc* que, entre os anos de 2006 e 2018, em sete encontros bienais, tem reunido pesquisadores e profissionais para debater assuntos de interesse. Outra iniciativa é o Colóquio de Economia Política da Comunicação e da Cultura, na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), na cidade do Rio de Janeiro, com sete encontros já realizados entre os anos de 2017 e 2019.

Segundo Brittos e Bolaño (2010, p. 176-177), a preocupação com o diálogo interdisciplinar na *Ulepicc-BR* é uma característica muito marcante desta entidade e um ponto de força maior na sua luta epistemológica em favor de um pensamento crítico e socialmente engajado. O Encontro Nacional da *Ulepicc* Brasil, surgido em 2006, apresentou a partir de 2014, já com dez anos de comemoração das atividades da entidade, o GT 6, intitulado “Ética, política e epistemologia da informação”, cuja ementa⁵ destaca como objetivo geral fortalecer a presença da CI com ênfase no debate em torno das questões éticas, políticas e epistemológicas correlatas, bem como em suas interconexões teóricas e aplicadas. Os espaços dos GTs desta edição do evento foram tomados, segundo Santos e Mota (2015, p. 69), por “discussões centrais, que a partir das reflexões de pesquisadores de diferentes níveis, abrigaram,

³ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 25 nov. 2019.

⁴ Disponível em: <https://www.wordclouds.com/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

⁵ Informações no portal eletrônico do evento: <https://ulepicc.org.br/ulepiccbrasil5/>>. Acesso em: 04 set. 2019.

para além da Comunicação, contribuições da Filosofia e das Ciências da Informação [...]”.

Na edição mais recente, em 2018, o VII Encontro Nacional em Maceió apresentou alterações nos espaços de discussões afins com a CI. Deste modo, a nomenclatura do GT 6 foi alterada para “Epistemologia da Informação, da Comunicação e da Cultura”, mantendo-se, portanto, a perspectiva de estudos epistemológicos em CI. Além disso, foi criado o GT “Estudos Críticos em Ciência da Informação”, contribuindo com a expansão da CI na Ulepicc ao ser o primeiro GT do evento que destaca a CI na nomenclatura.

No mês de setembro do ano de 2019, a diretoria da Ulepicc-Brasil apresentou resultado de votação dos sócios da entidade, para a reestruturação dos GTs na oitava e próxima edição que ocorrerá no ano de 2020, na cidade de Ilhéus, na Bahia, na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Assim, novas alterações foram aplicadas na estrutura dos GTs, mas o GT 7 foi mantido na proposta. Conforme o resultado, a nova perspectiva é que os grupos de trabalho sejam os seguintes: GT 1 – Políticas de Comunicação; GT 2 – Comunicação popular, alternativa e comunitária; GT 3 – Indústrias Midiáticas; GT 4 – Políticas Culturais e Economia Política da Cultura; GT 5 – Economia Política do Jornalismo; GT 6 – Teoria e Epistemologia da EPC; GT 7 – Estudos Críticos em Ciências da Informação; e GT 8 – Estudos críticos sobre identidades, gêneros e raça.

Sobre a última edição do encontro nacional da Ulepicc em Maceió, a ata⁶ da assembleia ordinária (2018), publicada na data de 04 de junho de 2019, destaca o grande número de trabalhos de pesquisadores da CI submetidos aos GTs 6 e 7, bem como sinaliza a possibilidade da abertura de um diálogo teórico e institucional entre a Ulepicc-BR e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Ancib).

Na área de CI, a Ancib foi criada no ano de 1989 como uma sociedade científica sem fins lucrativos de pesquisadores atuantes em pós-graduação na área e promove periodicamente o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), cujo histórico nos mostra vinte edições já realizadas entre os anos de 1994 e 2019.

Nos primeiros anos de atuação do GT Política e Economia da Informação no âmbito da Ancib, Lima (2008) mencionou a importante interface que este GT apresentava com os pesquisadores da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, em torno do Capítulo Brasil da Ulepicc. Este GT na Ancib surgiu no ano de 2005, começando por se chamar “Política, Ética e Economia da informação”.

Conforme Marteleto e Ginez de Lara (2008, p. 8), foi no ano de 2007 que este GT passou pelo primeiro ajuste em sua nomenclatura e expansão da ementa. Assim, neste mesmo ano passa a se chamar “Política e Economia da Informação” e o tema “Economia política da informação e da comunicação” passa a integrar a sua ementa.

O GT de Política e Economia da Informação na Ancib comemora 15 anos de existência em 2020. Ao longo desses anos, passou por atualizações em sua ementa, mas na mesma continua a manter a perspectiva de receber comunicações científicas em economia política da informação e da comunicação.

⁶ Ata da assembleia ordinária da Ulepicc-Brasil - 2018. Disponível em: <https://ulepicc.org.br/ata-da-assembleia-ordinaria-da-ulepicc-brasil-2018/>. Acesso em: 04 set. 2019.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM CAMPO CIENTÍFICO

A institucionalização de um campo ou área científica pode ser entendida por meio de uma análise dos processos que a permeiam e a caracterizam, tais como: formações acadêmicas, grupos de pesquisas, publicações de livros ou artigos em revistas científicas, desenvolvimento de teses e participações em encontros científicos, sendo estes alguns elementos que também permitem mensurar a evolução de uma disciplina.

Ao discutir sobre a complexidade desses elementos, González de Gómez destaca a existência de uma

[...] zona de interseção de temas e questões, justificando interações e diálogo entre os estudiosos do conhecimento, da informação e da comunicação com os estudiosos da economia, da política e da administração. Para construir um saber de relevância e pertinência que explore essa zona comum, seria preciso considerar os diferentes pontos de partida e acepções conceituais que dificultam o estabelecimento de teses ao mesmo tempo abrangentes e de razoável consistência, ou, ainda, programas de investigação efetivamente interdisciplinares. (2007, p. 149).

Para a compreensão das dinâmicas de institucionalização como elementos integradores de um campo ou de uma área do conhecimento, este estudo apoia-se na visão de Whitley (1974), para quem a institucionalização científica de uma disciplina, área ou campo do conhecimento científico é caracterizada por duas dimensões: cognitiva e social. Segundo o autor, a institucionalização cognitiva está ligada aos conhecimentos próprios da área, aos conceitos e bases teóricas consensuais entre os pares, aos problemas abordados nas pesquisas e encontros científicos, à aceitabilidade das soluções apresentadas, aos métodos, instrumentos e técnicas de coleta, pesquisa e análise de dados e fenômenos. Em paralelo, a institucionalização social corresponde às estruturas formais que dão visibilidade e estabelecem as bases sociais para os membros da comunidade científica, como a criação de cursos, a formalização de disciplinas em universidades, o desenvolvimento de sociedades de classe, os eventos promovidos, a formação de especialistas, os conhecimentos produzidos, disseminados e publicados. Acredita-se, portanto que as dimensões social e cognitiva de uma ciência são inseparáveis da noção de campo. Essas dimensões estão presentes nas concretizações observáveis em diferentes campos científicos, promovendo as condições para a institucionalização.

Embora os pontos a serem observados para extrair os indicadores de institucionalização social sejam diferentes dos de institucionalização cognitiva, Arboit (2014, p. 101) opta por se expressar a respeito de instituições sociocognitivas para representar melhor as instituições cognitivas e sociais, tendo em vista que ambas as dimensões em nenhum momento se separam e não estão somente justapostas, mas são também indissociáveis e mutuamente penetráveis.

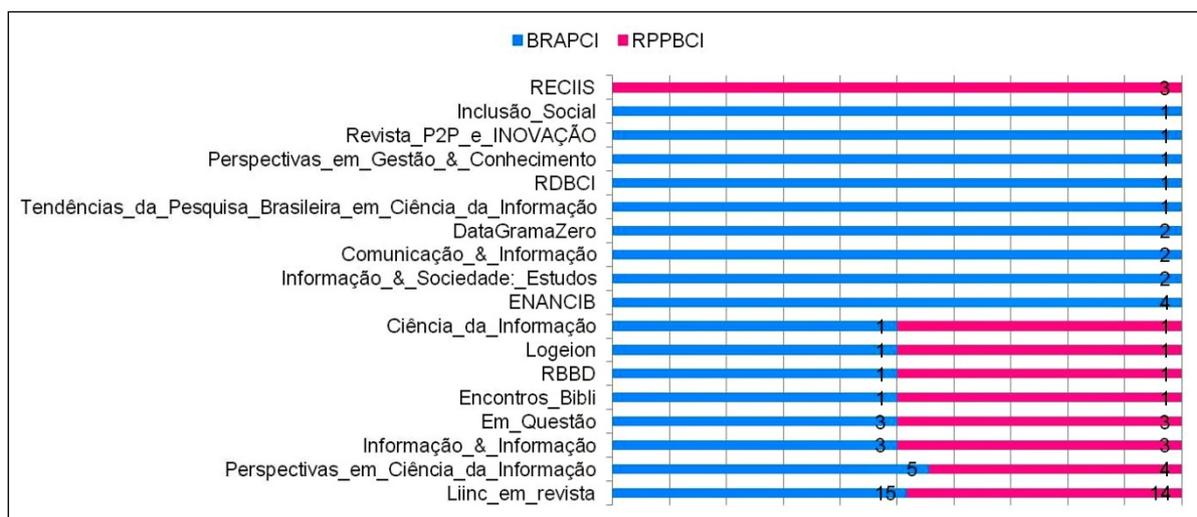
Os indicadores de institucionalização científica têm a finalidade de avaliar o desenvolvimento de uma área, analisar oportunidades e auxiliar na tomada de decisões estratégicas das políticas científicas. Para Kobashi e Santos (2006, p. 32), há diversos métodos de tratamento de dados estatísticos da atividade científica, entre eles a bibliometria, representando aspectos da realidade. Os autores esclarecerem que as publicações não são os únicos indicadores de atividade científica, mas certamente são elementos muito importantes no processo de troca de conhecimento.

Assim, a presente análise bibliométrica emprega indicadores de atividade e de relação, de acordo com Callon, Courtial e Penan (1995), pois transcorre por dados que permitem análises de institucionalização social e cognitiva como a contagem das produções bibliográficas, a distribuição das publicações nas fontes de informação científica, a interpretação de tendências temáticas, o reconhecimento de grupos afins entre os autores produtivos e a visualização de autores citados dentro de um subcampo científico.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADO

Na base Brapci, a expressão “Economia Política” entre as aspas foi utilizada como estratégia de busca nos campos Título, Resumo e Palavras-chave. Foram recuperados 45 trabalhos. A mesma expressão entre aspas foi utilizada como estratégia de busca na base RPPBCI, onde foram recuperados 37 trabalhos. Após o levantamento na base RPPBCI, foram eliminados os registros de trabalhos duplicados nas duas bases ou que não se enquadrariam em publicações periódicas, resultando assim em 31 trabalhos na base RPPBCI.

Gráfico 1 - Canais de comunicação científica levantados nas bases Brapci e RPPBCI, dos trabalhos em economia política (1972-2018)



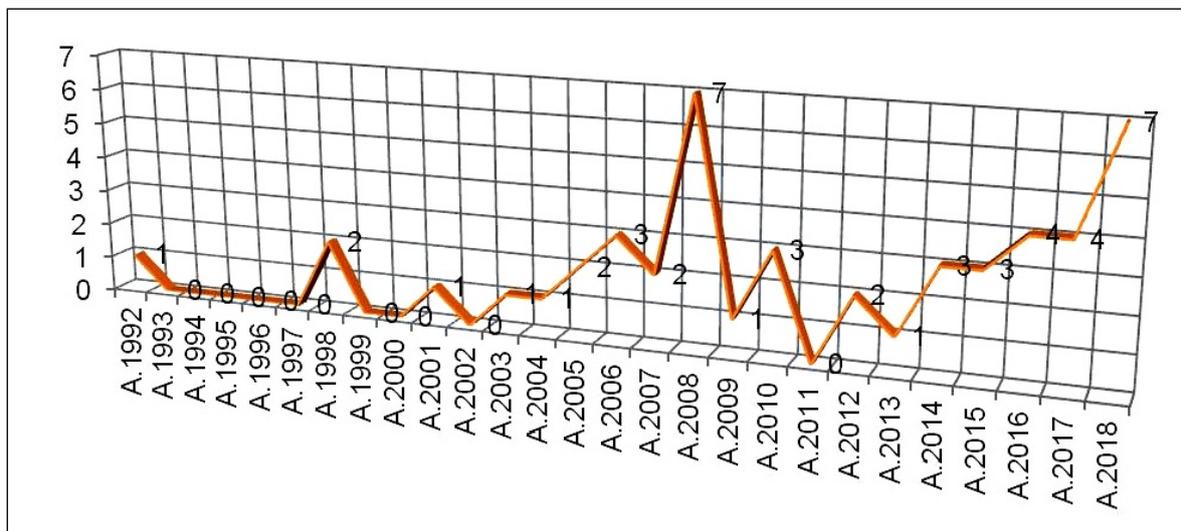
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Verifica-se que a cor azul sobressai no gráfico, mostrando que a base Brapci recuperou mais trabalhos do que a base RPPBCI. Este resultado dá-se consequentemente pela maior cobertura dos periódicos e eventos da área indexados na base Brapci, até o momento de realização do presente levantamento. Assim, os trabalhos recuperados na base RPPBCI também foram recuperados na base Brapci, com exceção dos três publicados na Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde – RECIIS, que atualmente não se encontra indexada na Brapci.

Os trabalhos recuperados são publicados majoritariamente em periódicos científicos. Nas duas bases, o periódico científico com o maior número de trabalhos foi o Liinc em Revista. Marques (2017) já tinha destacado esta fonte no campo da CI por trazer regularmente discussões que dialogam com a economia política e suas categorias.

Após a comparação dos resultados de busca entre as duas bases, foram excluídos os registros de trabalhos duplicados. Com esta organização, as três publicações no periódico RECIIS, recuperadas no RPPBCI foram somadas aos 45 trabalhos recuperados na Brapci, totalizando 48 trabalhos assim distribuídos: 44 trabalhos em 17 periódicos científicos e mais quatro trabalhos em um evento científico.

Gráfico 2 – Linha temporal dos trabalhos em economia política levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Quanto à evolução temporal, é observada ausência de trabalhos em considerável espaço do recorte analisado, pois entre 1972 e 1991 não foram recuperados trabalhos nas bases consultadas. Os primeiros trabalhos foram recuperados a partir do ano de 1992, mas o crescimento se segue com instabilidade até o ano de 2013. O denominado grau de incerteza (WHITLEY, 1974) é perceptível na formação ainda difusa do campo, decorrente da incipiente conexão entre as dimensões social e cognitiva, particularmente porque a especialidade é nova e carece de legitimação acadêmica e da sociedade em geral.

A tendência de crescimento ganha nova força especialmente a partir do ano de 2014, quando mais uma vez o periódico científico Liinc em Revista se destaca na fase de crescimento da produção científica. Dentro do espaço temporal entre os anos de 2014 e 2018, este periódico apresentou 10 dos seus 15 trabalhos recuperados. Os quatro trabalhos do GT “Política e Economia da Informação” do Enancib também estão presentes dentro deste espaço temporal entre 2014 e 2018. Pode-se afirmar que tal identificação cognitiva seria esperada como elemento cujas implicações se verificam na ordem social interna do campo, tanto no reconhecimento externo de sua existência, quanto na instância editorial, concretizada na alocação de espaços concedidos pelos periódicos científicos.

A partir deste levantamento, as palavras-chave mais presentes nos trabalhos publicados foram ranqueadas. O levantamento completo resultou no quantitativo de 158 palavras-chave distintas. Verifica-se que as palavras-chave que tiveram uma frequência mínima de três vezes são as que mais se destacam na seguinte figura que apresenta uma nuvem de palavras com todas as palavras-chave levantadas.

indefinida sua ancoragem investigativa. Não se trata evidentemente de vacilação teórica. Nem de carência da reflexão crítica. Mas de uma questão conceitual [...].

O que produz inquietação é o vácuo taxionômico gerado pelo trinômio Economia Política da Comunicação. Reunindo evidências amalhadas por três áreas do conhecimento – Economia, Política e Comunicação -, a interdisciplina EPC tanto se caracteriza pelo eixo substantivo quanto por seus vetores adjetivos.

Enquanto persistir essa dissonância valorativa, a conotação que inspira maior consenso continua a ser a de Vincent Mosco [...]. (MELO, 2010, p. 78)

As palavras-chave “Capitalismo” e “Trabalho” foram levantadas quatro vezes. Tratam de questões presentes no cerne da economia política. As palavras-chave levantadas três vezes e que também são significantes foram “Sociedade da Informação”, “Política de Comunicação”, “Comunicação”, “Marxismo” e “Internet”.

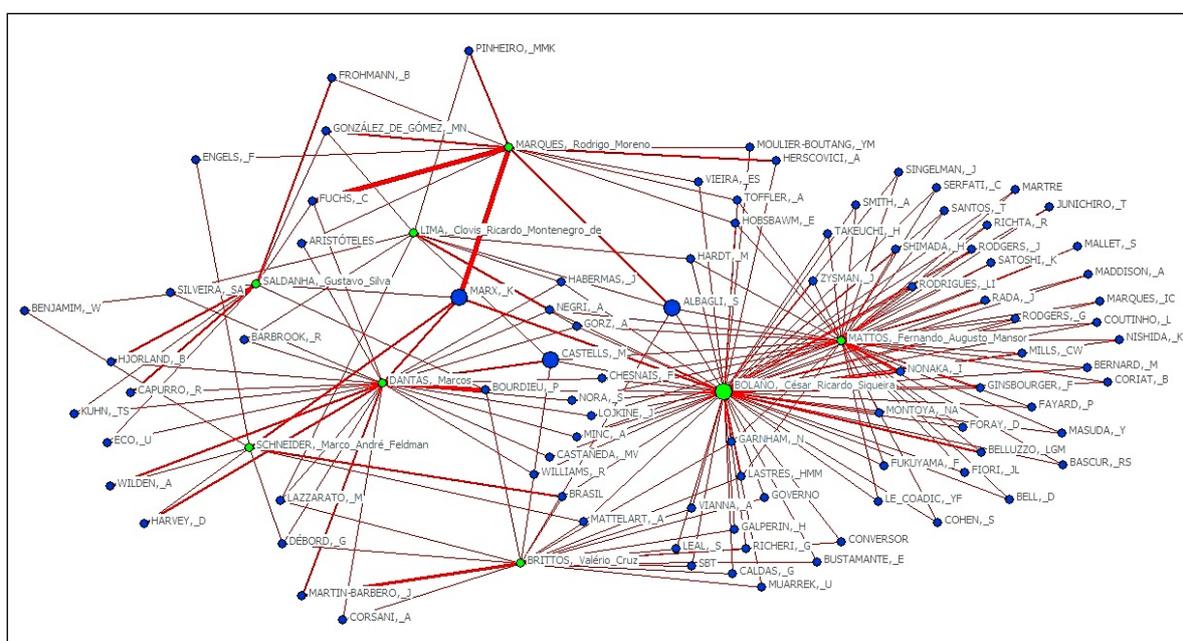
Percebe-se, portanto, que as práticas institucionalizadas integram-se como práticas necessárias e efetivas ao predomínio de elementos dinâmicos na dimensão cognitiva, conforme a categorização de Whitley.

Para a etapa seguinte da análise, foi organizada uma lista com todos os autores dos 48 trabalhos encontrados na pesquisa. Ao todo, foram ranqueados 59 autores, dos quais foram extraídos os autores com no mínimo dois trabalhos publicados. Assim, resultaram oito autores entre os mais produtivos.

Após essa última extração, foram ranqueados os autores referenciados pelos mais produtivos, o que resultou no total de 340 autores. Desse total, foram selecionados e representados no próximo grafo, aqueles citados por, no mínimo, dois dos pesquisadores mais produtivos excluindo-se as autocitações e as citações entre eles.

Na figura 2, a seguir, são visualizados, em grafo de relações, os autores mais produtivos e os autores mais referenciados.

Figura 2 – Autores mais produtivos e autores mais referenciados nos trabalhos em economia política levantados nas bases Brapci e RPPBCI (1972-2018)



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na rede, os nós na cor verde representam os oito autores mais produtivos na produção científica levantada nas bases e os nós na cor azul representam os 88 autores mais referenciados. Os nós em tamanhos maiores representam os autores que se destacam no topo da produção ou das citações entre este seleto grupo de autores que mais produziram.

Assim, o pesquisador César Ricardo Siqueira Bolaño se destaca como o autor mais produtivo, com cinco trabalhos levantados. Para Melo (2013, p. 13), é consensual entre os estudiosos da EPC o reconhecimento de Bolaño como animador contemporâneo desse segmento das ciências da comunicação no país.

A representação dos pesquisadores apresenta os oito membros de uma estrutura cognitiva ainda incipiente, revelando dispersão em suas estruturas formais.

Entre os mais referenciados, destacam-se Karl Marx e Manuel Castells. Entre os autores brasileiros, Sarita Albagli foi a mais referenciada. Estes três autores foram referenciados por cinco dos oito autores que mais produziram trabalhos.

Com a presença do pesquisador Valério Cruz Brittos entre os mais produtivos e em segundo lugar ao lado do pesquisador Marcos Dantas, convém destacar que, do ano de seu prematuro falecimento em 2012 até o momento presente, não houve tantos pesquisadores em CI que pesquisem diretamente o tema da economia política na área, pois do contrário, o seu nome não estaria mais entre os autores mais produtivos no ranqueamento.

Por fim, os grupos de pesquisa dos autores mais produtivos foram consultados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, a fim de destacar sua inserção em GPs na área predominante em CI. Foram encontrados 15 grupos de pesquisa, cinco áreas de conhecimento predominantes e sete instituições. Os autores mais produtivos membros de GPs em CI foram: Gustavo Silva Saldanha, membro de quatro grupos na área; Marco André Feldman Schneider, membro de dois grupos na área; Rodrigo Moreno Marques, membro de um grupo na área e Clóvis Ricardo Montenegro de Lima, membro de um grupo na área. Todos estes GPs estão inseridos na região sudeste do país, com destaque para o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que apresenta sete grupos.

Reitera-se a institucionalização como consequência de processos pelos quais os autores vinculam-se a concepções, valores e elementos institucionalizados de seu campo de produção científica, transitando nas dimensões cognitiva e social, preconizadas por Whitley (1974), enquanto internalizam ações com ênfase em seu vínculo com os interesses do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma verificação evidente na revisão de literatura e na realização da pesquisa foi o enfoque aos estudos em comunicação nos espaços de comunicação científica da economia política da informação, comunicação e cultura. No entanto, ao optar especialmente pelos espaços de produção e comunicação do conhecimento científico em CI, na presente pesquisa foi proporcionada uma melhor análise dos contributos sociocognitivos da EPI no campo da CI.

Assim, foi notado o periódico científico Liinc em Revista como o principal canal de comunicação científica em CI com espaço para os debates afins com a EPI. Como o

pesquisador Brittos não foi localizado no Diretório dos GPs, é possível considerar que a maioria dos autores mais produtivos também estão inseridos em GPs com área predominante em CI.

Os resultados mostram que a CI caminha em sua institucionalização social no que se refere a produção científica e grupos de pesquisa. Contudo, a institucionalização cognitiva da EPI permanece como um desafio teórico e epistemológico na área. Esses modos de institucionalização diferenciados pelos grupos acadêmicos e contextos institucionais, entretanto, influenciam-se mutuamente, contribuindo para a interdependência entre os campos. Os pesquisadores concorrem para esse processo construindo temas e questões, assim como modos de lidar com eles, ampliando a mobilidade entre as dimensões social e cognitiva.

Nesta análise, espera-se colaborar com concepções vigentes na atual conjuntura dos conhecimentos sobre a EPI, pois estas contribuem para a ciência e compõem elementos para a construção do currículo e de uma identidade programática institucional que deve ser reconhecida pela comunidade científica, em especial na CI.

Artigo recebido em 02/02/2020 e aprovado em 27/05/2020.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos; São Paulo: Abrainfo, 2014.

ARAÚJO, C. A. Á. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./ jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/19120/10827>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ARAÚJO, C. A. Á. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARBOIT, A. E. O processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de Organização do Conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da ISKO. 2014. 285 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123389/000823724.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

BRITTOS, V. C.; BOLAÑO, C. R. S. ULEPICC-Brasil: a institucionalização da EPC brasileira. In: CASTRO, Daniel; MELO, José Marques de; CASTRO, Cosette (org.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010. v. 2, cap. 8, p. 175-179.

CALLON, M.; COURTIAL, J. P.; PENAN, H. **Cienciometría: la medición de la actividad científica: de la bibliometría a la vigilancia tecnológica**. Gijón: Trea Ediciones, 1995. (Biblioteconomía y Admnsitración Cultural).

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Aplicación de la desclasificación a la organización de la exomemoria digital. In.: GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Epistemología de la documentación**.

Barcelona: Stonberg Editorial, 2011. p. 288-306. Disponível em: <https://idus.us.es/xmlui/bitstream/handle/11441/47239/Epistemolog%C3%ADa%20de%20la%20documentaci%C3%B3n.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 jan. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Ciência da informação, economia e tecnologias de informação e comunicação: a informação nos entremeios. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (org.). **Informação e desenvolvimento**: conhecimento, inovação e apropriação social. Brasília: IBICT: UNESCO, 2007. p. 149-183.

KOBASHI, N. Y.; SANTOS, R. N. M. Institucionalização da pesquisa científica no Brasil: cartografia temática e de redes sociais por meio de técnicas bibliométricas. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 27-36, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v18n1/03.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

LIMA, C. R. M. A pesquisa da política e da economia da informação na ciência da informação: atualidade e perspectivas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Salvador, v. 1, n. 1, [23] p., jan./ dez. 2008. Disponível em: <http://www.Brapci.inf.br/index.php/article/download/7780>. Acesso em: 12 jan. 2020.

LOPES, R. S. Economia política da comunicação e cultura: aportes para a formação de um campo disciplinar. **PragMATIZES**: Revista Latino Americana de Estudos em Cultura, Rio de Janeiro, ano 6, n. 10, p. 10-19, out. 2015/ mar. 2016.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Produção de valor nas redes sociais: Marx e o debate contemporâneo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/627/528>. Acesso em: 03 jan. 2019.

MARTELETO, R. M.; GINEZ DE LARA, M. L. Os Grupos de Trabalho – GTs da ANCIB e a promoção da pesquisa em Ciência da Informação. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 3-15.

MELO, J. M. **Os caminhos cruzados da comunicação**: política, economia e cultura. São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção Comunicação)

MELO, J. M. Vanguardismo nordestino na configuração brasileira dos estudos de Economia Política da Comunicação. In: MELO, J. M.; MELO, P. B. (org.). **Economia política da comunicação**: vanguardismo nordestino. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2013. p. 13-24.

MOSCO, V. Repensando e renovando a economia política da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 97-114, jul./ dez. 1998. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/599/368>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SANTOS, A. D. G. [Entrevista cedida a] Paulo Victor Melo. **Eptic**: rede de economia política da informação, comunicação e cultura, Maceió, dez. 2018. Disponível em: <http://eptic.com.br/entrevista-com-anderson-santos-presidente-da-ulepicc-brasil/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SANTOS, A. D. G.; MOTA, J. S. 10 anos da ULEPICC-Br: contribuições para a EPC a partir de seus eventos e sua práxis. **Revista EPTIC**: revista eletrônica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura. São Cristóvão, v. 17, n.

2, p. 57-75, maio/ ago. 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/57/pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SCHNEIDER, M.; BEZERRA, A. C.; CASTRO, L. Um esboço de autoanálise da Ciência da Informação: contribuições de Pierre Bourdieu. *In*: MARTELETO, R. M.; PIMENTA, R. M. (Orgs). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 49-71.

WHITLEY, R. Cognitive and social institutionalization of scientific specialities and research areas. *In*: WHITLEY, R. (Ed.). **Social processes of scientific development**. London: Routledge and Kegan, 1974. p. 69-95.